

O urinol de Duchamp

Bolsonaro, ao difundir cena de 'golden shower', reforça seu sentido artístico

Jorge Coli

Professor de história da arte na Unicamp, autor de "O Corpo da Liberdade"

Fora com o passado. Morte às tradições. Foram estes os lemas que guiaram as vanguardas artísticas. As artes sempre inovaram, está claro, mas só a partir dos anos 1860 se afirmou nelas o princípio renovador da ruptura e do ataque declarado. A palavra vanguarda sugere batalha: vem do vocabulário militar, designa a primeira linha numa tropa de combate. O público, desorientado, riase das novidades, como ri os impressionistas em 1874. A crítica denunciava, violenta, o assalto aos verdadeiros princípios das artes. E o escândalo fazia-se instrumento propagador das vanguardas. Mas os novos venceram. Desbancaram os medalhões anti-

gos e se impuseram como os verdadeiros portadores de valores universais. Hoje, rimosa da história verdadeira ou falsa, não importa, que nos conta um Dr. Rey, médico que tratava Van Gogh, tapando o buraco de seu galinheiro com uma tela que o pintor lhe oferecera. Lição impiedosa: o que ontem não valia nada, agora vale milhões. Portanto, cuidado! O riso de hoje pode ser o lucro —estratosférico— de amanhã. Resultado: triunfo dos novos. Com esse triunfo, institucionaliza-se. Nos anos 1930, Georgia e Lucifio de Albuquerque ensinavam o impressionismo na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Hoje, o Centro Pompidou, em Paris, e a Tate Modern, em

Londres, são, entre tantos, museus consagrados a celebrar as vanguardas. Ao mecanismo de conflitos incorporou-se outro fator: o da liberdade absoluta. Atingu-se, com isso, a quintessência da noção de arte, tal como a Ocidente a concebe. Arte é designação ontológica. Varinha de condão que pode transformar tudo, ou qualquer coisa, em arte. Em 1916, Duchamp inventa o ready-made, a arte pronta. Qualquer objeto se torna arte. Sobre um pedestal, disposto na galeria ou no museu, nosso olhar o transfigura e descobre nele secretos mistérios. Porque acreditamos que seja arte —e é preciso essa adesão de crente para que a metamor-

fose se dê. Gosto de associar Duchamp a Bergson, que se perguntava, em 1911: "Como pedir aos olhos do corpo, ou do espírito, ver mais do que vêm?". E esclarecia: "Qual o objetivo da arte, senão mostrar, na natureza e no espírito, fora de nós e em nós, coisas que não atingiam explicitamente nosso espírito e nossa consciência? [...] Há séculos, existem homens cuja função é justamente de ver e nos fazer ver o que não percebemos naturalmente. São os artistas". Um urinol torna-se outra coisa quando mostrado por Duchamp. Ruptura, escândalo, liberdade: nessa tríade repousa o princípio criador do nosso tempo. Infelizmente, tornou-se cada

vez mais difícil romper e escandalizar. Como romper, se as escolas ensinam a ruptura, e os museus a celebram? Como escandalizar, se o público, blasé, permanece imperturbável diante de qualquer provocação? Como lutar pela liberdade, se ela é institucional? Sobretudo, o escândalo tornou-se muito difícil. Ele é o consagrado, o selo de qualidade que garante aos próprios olhos do artista sua grandeza como inovador e também o conforto de saber-se incompreendido pela maioria. Com os impressionistas, era a forma que transgridia, que provocava, que chocava. Mas, atualmente, quem se importa com a forma? Nos nossos dias, o escândalo em arte surge apenas de campos exteriores a ela —campos morais. Um deles é quando a religião se sente atacada. O outro, quando o sexo provoca. Destes, tivemos numerosos exemplos recentes: a exposição "Queermuseu"; a performance do grupo *Ês Uma Maluca*, na Casa França-Brasil, no Rio; "La Bête", no MAM-SP

que teve um protesto chefiado pelo futuro congressista Alexandre Frota. A mais espetacular, universal, planetária, no entanto, é a cena do "golden shower" deste Carnaval, que o chefe da nuca se encarregou de divulgar para o mundo inteiro, dando a ela uma celebridade invejável. Os rapazes que realizaram a performance invocam seu estatuto de arte. Com todo o direito, como tentei explicar acima (ok, os brucutus moralistas contestarão isso, mas, sem eles, como surgiria o escândalo?). Há nela menos erotismo que demonstração, menos pornografia que declaração. O presidente, ao disseminar e amplificar a cena, reforçou seu sentido artístico, como ensinou Bergson: fez mais pessoas verem o que não viam. Certo, alguns descobrirão com prazer uma variante sexual que não conheciam. E, como a história demonstra bem que as práticas escandalosas das vanguardas acabam por institucionalizarem-se, o "golden shower" acabará ensinado em escolas de arte.

D S T Q Q S S Jorge Coli, Angela Alonso, Bernardo Carvalho

Dinheiro que dá em árvore

[RESUMO] Futuro da Amazônia deveria passar pelo reconhecimento de seu potencial econômico, diz pesquisador; insistência na negação de mudanças climáticas pode fazer a região perder oportunidades

Por Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli

Doutor em ciência política pela Universidade Federal Fluminense

Há algum tempo a Amazônia ocupa posição paradoxal: está no centro da agenda mundial com o recrudescimento das preocupações climáticas e ambientais, ao mesmo tempo em que tem espaço irrisório no debate público nacional. Ocorre assim por razão simples: os projetos de desenvolvimento regional do Brasil para a Amazônia foram incapazes de gerar oportunidades transformadoras amplas aos moradores da região. Hoje coexistem três grandes visões sobre a Amazônia. A primeira é a da entrega da região a grandes interesses que veem na floresta um empecilho ao desenvolvimento. Visa abrir áreas para o agronegócio. A segunda consiste na tentativa de isolar a floresta e seus moradores da influência das sociedades modernas (ou ao menos mitigar e controlar tal processo), incentivando atividades econômicas pouco produtivas. Incapaz de criar oportunidades de transformação real, é a expressão do que Roberto Mangabeira Unger chama de pobrismo. Uma terceira visão ganha corpo internamente: o ideário das alternativas institucionais. Cada uma delas tem um significado. A primeira visão ganhou força no período da ditadura militar, quando a Amazônia esteve no centro do esforço do governo para ocupar o que era chamado de vazios demográficos. Rodovias ligando-a ao Centro-Oeste, ao Sudeste e ao Nordeste foram planejadas e construídas na tarefa de reforçar a integração da região ao Brasil e facilitar o deslocamento de grande massa de trabalhadores. O avanço repentino teve um preço alto: aceleração do desmatamento, extinção de espécies, matança de indígenas e populações tradicionais. O principal argumento dessa visão é o da necessidade de expansão da fronteira agrícola e de criação de áreas aptas ao agronegócio e à agropecuária. Mas o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), confeccionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2012, e o Observatório da Agricultura de Baixo Carbono, fruto de estudo da Fundação Getúlio Vargas em

parceria com a organização Climate Land and Use Alliance, de 2017, indicam que a atividade da pecuária não é estrangulada por falta de terras no país. A recuperação das pastagens degradadas, ainda que de modo parcial, e o aumento da produtividade da pecuária bastariam para o benefício da atividade. Em relação à agricultura, o cenário é parecido. As áreas já abertas são largamente suficientes para o crescimento, sem a necessidade de expansão da fronteira agrícola. Investimentos em recuperação de pastagens, utilização de terras improdutivas e tímida elevação da produtividade já bastariam para aumentar enormemente a produção sem abrir novas veredas em meio à floresta. Já a segunda visão é constituída por atividades executadas pelas pessoas mais pobres, que não resolvem obstáculos reais e são incapazes de criar oportunidades transformadoras para elas. No Brasil, esta visão ganha força a partir das lutas de Chico Mendes e da defesa da preservação da floresta contra o avanço da pecuária e do agronegócio. Como resultado, seringueiros e povos da floresta lograram a criação das Resex (Reservas Extrativistas) como uma nova tipologia de Unidade de Conservação de uso sustentável. As Resex não são propriedades individuais, mas locais de convívio coletivo onde famílias poderiam coletar produtos da floresta sem derrubá-la. Pesquisas recentes, contudo, indicam crescente participação da agricultura e da pecuária dentro das re-

servas, com consequente aumento do desmatamento. Não é desimprimante tal constatação, já que a origem dessas indústrias situa-se na luta contra o avanço do desmatamento. A renda decorrente de atividades extrativistas tem sido decrescente. Isto ocorre por conta da incapacidade de criação de oportunidades transformadoras dentro das unidades. É um dos efeitos do pobrismo. Reservas indígenas e terras indígenas tradicionalmente ocupadas sofrem com questão semelhante. A política indígenista brasileira baseia-se em um paradoxo: combina generosidade e crueldade. É generosa na medida em que até hoje demarcou como terra indígena mais de 12% do território nacional, segundo site da Funai (Fundação Nacional do Índio). A mesma fonte aponta 462 terras indígenas em todo o Brasil, sendo 54% na região amazônica. Nenhum outro país destina tamanha fatia do seu território aos povos indígenas. O reverso da medalha é o aspecto da crueldade: boa parte das aldeias está abandonada à própria sorte, na medida em que o Estado brasileiro mostra-se incapaz de promover serviços básicos para a população indígena, sejam de saúde, educação ou assistência social, além de despi-la dos meios de transformação econômica. Sabedores de que no subsolo de parte das terras que ocupam há grande riqueza mineral —em contraste com a situação de miserabilidade, abandono e falta de oportunidades da superfície—, muitas comunidades indígenas veem-se impelidas, seja pela pressão da sobrevivência, seja por pressões externas, a explorarem tais reservas. A legislação brasileira, contudo, impõe um conjunto tão severo de restrições que, na prática, inviabiliza a exploração legalizada e controlada. Resultado: a tentativa de proteção degenera em mais insegurança e vulnerabilidade. É efeito calamitoso do pobrismo. Não nos enganemos: se os amazônidas tiverem de optar entre a sua sobrevivência e a preservação da natureza, a sobrevivência terá prioridade em detrimento da preservação. Cidades por toda a Amazônia têm na venda legal de madeira a sua principal atividade econômica. Usar o poder do Estado apenas para punir essas pessoas por crimes ambientais, transformando o caso em questão de polícia, é contra-producente. Fundamental, portanto, apontar caminhos para que as pessoas possam viver da floresta em pé. As duas visões anteriores, tidas como inimigas mortais, são irmãs siamesas no que mais importa: ambas sofrem da falta de respostas práticas e imediatas para a melhoria real das vidas dos amazônidas. Aqui aparece, por fim, a terceira visão sobre a região: o ideário da alternativa institucional. Este ideário atua em duas frentes: a primeira pressupõe a reorganização do federalismo brasileiro. A política de desenvolvimento da Amazônia pactuada no modelo federa-

tivo atual estrutura-se por meio de pacote pronto de políticas públicas construídas de cima para baixo, nos gabinetes de Brasília. Não atendem aos reais interesses da região e funcionam como compensação para o atraso relativo dos estados, sem dar condições reais para a superação dos impasses regionais. Agências de desenvolvimento regional, como a Sudam, são braços do governo federal, quando deveriam estar a serviço das demandas dos estados. É preciso alterar essa lógica institucional para poder dar conteúdo prático ao desenvolvimento sustentável. A segunda frente do ideário da alternativa institucional é explicitar o falso conflito entre desenvolvimento predatório e preservação da floresta, apontando possibilidades de desenvolvimento sustentável. A Amazônia precisa exercer sua capacidade de imaginação, pensar em alternativas. O que os amazônidas mais almejam neste momento é a transformação da Amazônia em mercadoria. Não de acordo, porém, com o paradigma anacrônico que o presidente dá sinais perigosos de querer seguir e que vigorou até agora, estruturado na derrubada da floresta para a venda da madeira, seguido do avanço da pecuária e, por fim, da consolidação da agricultura. Os habitantes querem que a floresta em pé possa criar oportunidades transformadoras, vida digna e engajamento aos seus cidadãos. Como fazer? Valorizar os ativos da floresta viva: serviços ambientais oferecidos ao mundo pela manutenção da preservação, seus benefícios em termos de sequestro de carbono, presença do maior laboratório a céu aberto para

pesquisas em fármacos, repositório de alimentos saudáveis ainda pouco explorado, serviços de biotecnologia com enorme possibilidade de desenvolvimento, potencial de expansão dos sistemas agroflorestais, consolidação do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, aptidão para exploração legalizada de madeira... A lista poderia prosseguir indefinidamente, mas a conclusão é contundente: preservar a floresta não pode ser ônus imposto aos amazônidas para fazer o resto do país e do mundo dormir com a consciência tranquila. Preservar a floresta e utilizá-la de modo sustentável significa colher seus louros, oferecendo vida digna a quem ali vive. É necessário construir agenda política que permita à região beneficiar-se decisivamente da sua preservação. Para atingir este objetivo, urge conciliar sua biodiversidade com os investimentos em pesquisa e inovação. A Amazônia desafia dogmas. Todos os países que se desenvolveram e alcançaram patamar de alta renda o fizeram pela destruição e depredação dos seus recursos naturais. Temos todos os instrumentos para mostrar que não precisa ser mais assim. A postura de negacionismo quanto às mudanças climáticas pode fazer a região perder um amplo leque de oportunidades econômicas, além de reduzir o ímpeto de atração de investimentos na área de economia verde. É agenda que não interessa ao Brasil. A Amazônia é o espaço no qual o país pode dar a sua maior contribuição ao mundo, mostrando que desenvolvimento pode ser realizado com a floresta em pé. É onde o Brasil pode reinventar-se. ←

Bruno Maron

Cartunista



A Amazônia desafia dogmas a respeito do desenvolvimento. Temos instrumentos para mostrar que melhoria da renda não depende da destruição de recursos naturais